

I Editorial

Saúde, doenças e agravos e as ações de promoção, monitoramento, vigilância e prevenção – os desafios contínuos do SUS

As mudanças demográficas e epidemiológicas por que passa a sociedade brasileira e o crescente reconhecimento da importância dos determinantes sociais na condução das ações de promoção, monitoramento e vigilância de doenças e agravos não transmissíveis refletem-se no espectro temático de quatro artigos apresentados nesta edição da *Epidemiologia e Serviços de Saúde*.

Um deles apresenta a Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), resultado de intensos debates e articulações entre os gestores, instituições acadêmicas e organismos internacionais. De extrema relevância para a orientação dos gestores do SUS frente aos desafios impostos pela carga dessas doenças e agravos no país, a PNPS foi aprovada pela Comissão Intergestores Tripartite no ano de 2006, para que o sistema de saúde pudesse responder, de forma mais efetiva, a novos e velhos desafios para a Saúde Pública. Trata-se, aqui, de um relatório descritivo do processo de implantação da política nacional e da agenda da atividade física no âmbito do SUS.¹ O assunto ainda merece a publicação por esta mesma edição, a partir dos dados coletados pelo Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), de um estudo descritivo das características do padrão da atividade física entre adultos brasileiros no ano de 2006.²

Os dados reunidos pelo Sistema de Serviços Sentinelas de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), desenvolvido pelo Ministério da Saúde em 2006,³ para diagnóstico epidemiológico e tomada de decisão, serviram ao estudo e elaboração de um manuscrito cujo propósito principal foi descrever o perfil de atendimentos de emergência por violência no âmbito do VIVA.

A melhora da promoção e atenção à saúde da mulher em idade fértil – especialmente durante o ciclo gravidez-parto-puerpério – é uma das grandes prioridades da política de saúde brasileira. O aperfeiçoamento dos sistemas de informações e da análise de situação de saúde são etapas necessárias ao alcance das metas de redução da razão de mortalidade materna (RMM). Mota e colaboradoras⁴ analisam a validade dos dados registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) comparativamente a seu estudo de investigação de óbitos de mulheres em idade fértil em um importante Município brasileiro cuja rotina de serviços de atenção à saúde da mulher não dispunha da assessoria de um Comitê de Mortalidade Materna implantado. O artigo discute as limitações, avanços e caminhos a serem trilhados pelos sistemas de informações e serviços de saúde para reduzir a RMM.

Nossa atenção volta-se ao campo das doenças transmissíveis com o estudo de sobrevida de pessoas vivendo com aids em Blumenau, Estado de Santa Catarina, de autoria de Santa Helena, Mafra e Simes.⁵ Seus autores destacam a baixa escolaridade entre os fatores sociais determinantes de menor sobrevida das pessoas infectadas pelo HIV/aids e sugerem o apoio social à população de nível educacional mais baixo como uma estratégia de promoção da adesão ao tratamento anti-retroviral e de sobrevida com qualidade.

A preocupação com as doenças imunopreveníveis motivou o artigo de revisão de Luhm & Waldman,⁶ em que são descritas diferentes experiências, tecnologias e metodologias empregadas em registros informatizados de imunização, em várias partes do mundo e em serviços brasileiros selecionados. Os autores destacam as vantagens e os benefícios que podem advir do constante monitoramento da segurança e da cobertura vacinal mediante o uso desses registros.

Daufenbach e colaboradores,⁷ em relato de estudo ecológico, descrevem a morbidade hospitalar por causas relacionadas à influenza na população brasileira acima de 60 anos de idade, no período de 1992 a 2006, para demonstrar a diminuição do coeficiente de morbidade hospitalar após o ano de 1999, possivelmente relacionada à introdução da vacina contra influenza nesse grupo.

Por fim, são apresentados três resumos das monografias vencedoras do Prêmio Rede de Formação de Recursos Humanos em Vigilância em Saúde (RFRH-VS).⁸ Trata-se de um reconhecimento público ao mérito de profissionais de saúde egressos de cursos de especialização que receberam apoio financeiro da SVS/MS e constituem uma das estratégias de aperfeiçoamento dos serviços de vigilância em saúde e de desenvolvimento da epidemiologia no Sistema Único de Saúde.

Os artigos e os resumos das monografias vencedoras do I Prêmio RFRH-VS aqui apresentados constituem um material rico em informações relevantes para o SUS. Em seu conjunto, não apenas retratam aspectos das ações de promoção, monitoramento, vigilância e prevenção executadas pelos serviços. Sua publicação cumpre a missão primordial deste periódico, de difundir o conhecimento epidemiológico visando ao aprimoramento dos serviços de saúde oferecidos à população do Brasil.

Maria Regina Fernandes de Oliveira
Editora Executiva

Referências

1. Malta DC, Castro AM, Gosch CS, Cruz DKA, Bressan A, Neto OLM, Nogueira JD. A Política Nacional de Promoção da Saúde e a agenda da atividade física no contexto do SUS. *Epidemiologia e Serviços de Saúde* 2009; 18(1): 79-86.
2. Malta DC, Moura EC, Castro AM, Cruz DKA, Neto OLM, Monteiro CA. Padrão de atividade física em adultos brasileiros: resultados de um inquérito por entrevistas telefônicas, 2006. *Epidemiologia e Serviços de Saúde* 2009; 18(1): 7-16.
3. Mascarenhas MDM, Silva MMA, Malta DC, Moura L, Macário EM, Gawryszewski VP, Neto OLM. Perfil epidemiológico dos atendimentos de emergência no Sistema de Serviços Sentinela de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA) – Brasil, 2006. *Epidemiologia e Serviços de Saúde* 2009; 18(1): 17-28.
4. Mota SMM, Gama SGN, Theme Filha MM. A investigação do óbito de mulher em idade fértil para estimar a mortalidade materna no Município de Belém, Estado do Pará, Brasil. *Epidemiologia e Serviços de Saúde* 2009; 18(1): 55-64.
5. Santa Helena ET, Mafra MLS, Simes M. Fatores associados à sobrevida de pessoas vivendo com aids no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, Brasil, 1997-2004. *Epidemiologia e Serviços de Saúde* 2009; 18(1): 45-53.
6. Luhm KR, Waldman EA. Sistemas informatizados de registro de imunização: uma revisão com enfoque na saúde infantil. *Epidemiologia e Serviços de Saúde* 2009; 18(1): 65-78.
7. Daufenbach LZ, Carmo EH, Duarte EC, Campagna AS, Teles CAS. Morbidade hospitalar por causas relacionadas à influenza em idosos no Brasil, 1992 a 2006. *Epidemiologia e Serviços de Saúde* 2009; 18(1): 29-44.
8. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. I Prêmio Rede de Formação de Recursos Humanos em Vigilância em Saúde – 2008 (Resumos dos trabalhos premiados). *Epidemiologia e Serviços de Saúde* 2009; 18(1): 87-94.